



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 22 de setembro de 2012

<b>A CRITICA</b>	
EFEITO DA CRISE .....	1
ECONOMIA	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b>	
Indústria naval pleiteia novos incentivos fiscais .....	2
ECONOMIA	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b>	
Indústria naval pleiteia novos incentivos fiscais (continuação) .....	3
ECONOMIA	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b>	
Quase metade dos trabalhadores do AM busca novo emprego.....	4
ECONOMIA	

## EFEITO DA CRISE

# Repouso forçado para 900 na ZFM

Yamaha fez isso e ainda suspendeu o contrato de outros 38 funcionários

### RENATA MAGNENTI

renatamagnenti@acritica.com.br

A Yamaha concedeu, na última semana, licença remunerada a 900 industriários e suspendeu o contrato de trabalho de outros 38. A empresa firmou ainda contrato com a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus) para capacitar 500 deles nos segmentos de qualidade e atendimento.

A montadora japonesa explicou ainda que as regras para a suspensão temporária do contrato de trabalho são definidas em lei, e preveem, dentre outras coisas, um programa de treina-

Luiz Vasconcelos/1/mar/2011



Sem crédito, consumidor não compra

mento com carga horária proporcional ao tempo de suspensão do contrato, no presente caso, de 240 horas.

De acordo com a Yamaha, na quarta-feira 900, dos seus 2.300 funcionários, em Manaus, entraram em licença remunerada. Parte retornará em 10 dias, e parte em 20 dias. Outros 38 funcionários tiveram seus contratos de trabalho suspensos por quatro meses, com início dia 17 de setembro e retorno para dia 16 de janeiro de 2013.

Por meio de *e-mail*, o diretor da Yamaha em Manaus, Genoir Pierosam, informou que todos os custos do treinamento, inclu-

sive transporte, são pagos pela empresa, além da manutenção de todos os benefícios oferecidos aos demais funcionários. Ainda de acordo com Genoir, o objetivo, tanto da licença remunerada, quanto da suspensão de contrato, é evitar demissões.

### COMÉRCIO

Para Ralph Assayag estes funcionários estão fora de seus postos porque não há necessidade deles dentro da fábrica. "Há uma possibilidade que eles venham a ser demitidos, devido à crise do setor de duas rodas. Mas o bom é que estão sendo capacitados para atuar no comércio, já que a maioria deles não tem habilidade para atuar nesse segmento".

O presidente da CDL-Manaus afirmou, ainda, que os 500 trabalhadores foram matriculados em 11 cursos nas áreas de qualidade e atendimento. Entre os alunos há profissionais que atuavam em diversos setores da Yamaha. Os cursos, segundo Ralph Assayag, estão sendo realizados no período da tarde, das 13h às 17h.

## Indústria naval pleiteia novos incentivos fiscais

**RICHARD RODRIGUES**

Equipe EM TEMPO

**A**lém dos incentivos fiscais concedidos pelo governo do Estado e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), as indústrias do polo naval manauense poderão contar com mais um benefício tributário. Dessa vez, entidades e órgãos ligados ao segmento vão buscar, junto ao governo federal, a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) para as empresas envolvidas na construção de embarcações em território local, segundo a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

De acordo com o titular da Sudam, Djalma Melo, a decisão de pleitear a redução do pagamento do imposto em 75% ocorreu, ontem, durante reunião com o Sindicato da Indústria Naval do Amazonas (Sindnaval) e com a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Ciama), que destacaram a importância do benefício para o setor. "Várias indústrias amazonenses contam a redução do IRPF e, como o setor naval ainda não foi contemplado com a redução, vamos levar ao governo federal a necessidade de se conceder a diminuição do imposto pago também ao polo naval manauense", disse.

Somada à redução do IRPF, as empresas do ramo naval também garantirão mais um incentivo, caso obtenham o "sinal verde" do Ministério da Fazenda e o pedido seja inserido no decreto nº 4.212. "Dos 25% do imposto que deverá ser pago à Receita, as indústrias beneficiadas também poderão destinar 30% do valor do tributo para uma conta própria no Banco da Amazônia, montante que deverá ser utilizado para a aquisição de máquinas e equipamentos novos", destacou.

Melo pontuou que o pedido

para a concessão do incentivo só depende de uma formalização, mas a Ciama e o Sindnaval já estão trabalhando na confecção do documento a ser encaminhado ao governo federal. "Quando estivermos com o documento em mãos, vamos levar o pleito ao governo federal imediatamente", observou o superintendente, ao salientar que a Sudam fará a intermediação entre o polo naval local e o governo federal.

### Corrida pelo benefício

Um dia após levantar a questão relacionada à redução do IRPF com a Sudam, a Ciama deu início à elaboração de um estudo para garantir a redução de tributo para o polo naval. "A

### PEDIDO

**Paralelo ao da Ciama, documento do Sindnaval em desenvolvimento vai destacar importância da redução do IRPF para as empresas do segmento naval, e será entregue à Sudam e ao governo federal**

expectativa é de que o levantamento seja finalizado nos próximos dias para ser entregue, no máximo, até a próxima semana à Sudam e, posteriormente, ser encaminhado ao governo federal", disse o presidente da Ciama, Aluizio Barbosa.

O Sindnaval também deu o "start" em um projeto, paralelo ao da Ciama, que também será entregue à Sudam. "Iniciamos um levantamento hoje (ontem) para que seja elaborado um documento à Sudam e ao governo federal para reforçar a importância da redução do IRPF para as empresas do setor", frisou o presidente da entidade, Matheus Araújo. O documento ficará pronto em até 30 dias.

## Indústria naval pleiteia novos incentivos fiscais (continuação)

### Dívidas do FNO poderão ser negociadas

Além de anunciar que a Sudam fará a "ponte" entre o governo federal e o polo naval manauense para garantir a redução do IRPF, o presidente do órgão também informou, ontem, que as operações de crédito inadimplentes até o dia 6 de julho de 2009 do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) poderão ser negociadas. A medida, que regulamenta a Lei nº 7.827, de 1989, foi publicada na edição do Diário Oficial da União (DOU) do último dia 17 e tem como objetivo atender, aproximadamente, 20 mil clientes na Amazônia.

Para o superintendente

da Sudam, Djalma Mello, a medida vai permitir que os devedores tenham condições favoráveis de renegociar suas dívidas, diminuindo a inadimplência. "Nós pleiteamos e o ministro assinou. É importante possibilitar que empresas que tomaram financiamento junto ao FNO e não conseguiram pagar, regularizem a sua situação e voltem a produzir desenvolvimento para a região", relatou o superintendente, ao informar que a Sudam solicitou a ação junto ao Ministério da Integração.

Com a medida, o Banco da Amazônia, administrador do FNO, fica autorizado a liquidar

pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e respectivos garantes, dívidas contratadas com recursos desse fundo, inclusive as renegociadas com base em legislação anterior, de 1995, e em resolução de 1998, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Serão levantados ainda o patrimônio e os bens passíveis de penhora dos devedores. Ficarão enquadradas as dívidas que foram objeto de demanda judicial do banco interpostas até a data da resolução e que já estavam em situação de inadimplência em 3 de junho de 2009, e ainda

permaneçam nessa situação até a data de renegociação com base na resolução.

De acordo com o Banco da Amazônia, a liquidação pelo equivalente financeiro poderá ser efetuada por valor superior a 25% da dívida atualizada. A atualização da dívida será feita com base nos encargos normais previstos no instrumento de crédito da operação objeto da liquidação ou calculada por encargos normais previstos em legislação. "A negociação poderá ser feita diretamente nas agências do Banco da Amazônia", esclareceu o superintendente da instituição financeira, José Bezerra.

## Quase metade dos trabalhadores do AM busca novo emprego

### ▶ Até quem ganha dez salários mínimos não está satisfeito

TEXTO Felipe Carvalho

FOTO Jane Roriz / AE

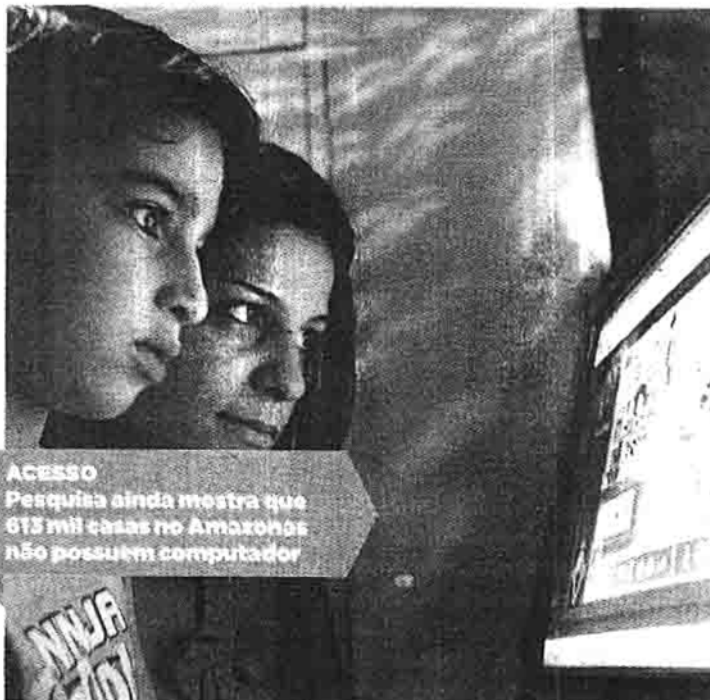
MANAUS

Quase metade dos trabalhadores do Amazonas está a procura de outro emprego. É o que revela a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011, promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada ontem. De acordo com a instituição, 76,9% dos interessados em outro trabalho ganham entre menos de um salário mínimo e até três salários mínimos (R\$ 1.866,00), o que justifica o desejo de mudança.

Das 243 mil pessoas no Amazonas que procuram outro emprego, 111 mil (45,6%) já possuem outra ocupação, conforme o IBGE. Desse número, são 73 mil homens e 39 mil mulheres. “A principal justificativa para essa procura é a remuneração”, comenta o disseminador de informações do IBGE no Amazonas, Adjalma Jaques.

Dos entrevistados, 69,7% ocupam cargos com 40 horas ou mais de jornada semanal. “Estes são trabalhadores do comércio e da indústria que estão descontentes com seus atuais rendimentos”, afirmou Adjalma

De acordo com a pesquisa,



ACESSO  
Pesquisa ainda mostra que  
813 mil casas no Amazonas  
não possuem computador

Em cinco anos, o número de residências com computador conectadas à internet **cresceu 271,4%** no AM, segundo o IBGE

enquanto os de menores salários desejam entrar em outro emprego, 0,29% das pessoas que ganham a partir de dez salários mínimos (R\$ 6.220,00) declararam também ter este desejo.

Das pessoas com trabalho e que procuram outra ocupação, 54,4% são empregados, 30,5% trabalham por conta própria ou são empregadores, outros 22,4% são funcionários com carteira assinada.

Mais conectados

A pesquisa do IBGE ainda mostra um crescimento de 271,4% no número de residências com computador conectados à internet no Amazonas, de 2006 a 2011. O percentual superou o aumento no Brasil, que ficou em 146,8% no período analisado.

O Estado, apesar do incremento, ainda possui poucos lares ‘plugados’ na rede virtual. Apenas 208 mil (23,2%) domicílios do Amazonas têm acesso à internet, o que atinge 783 mil moradores. No Brasil, o percentual é de 36,5%.